

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2017

(Do Sr. LUÍS TIBÉ)

Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de setembro de 1966, para dispor sobre o prazo e o procedimento para processamento dos avisos de sinistro por parte das seguradoras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 73, de 21 de setembro de 1966, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14-A. Ressalvado o disposto neste artigo, o pagamento da indenização de seguro será efetuado no prazo de trinta dias, a partir do aviso de sinistro feito pelo segurado ou beneficiário, conforme o caso.

§ 1º Recebido o aviso de sinistro e a documentação a ele pertinente, a seguradora terá cinco dias para, em oportunidade única, preliminar e preclusiva, analisar sua completude e consistência probatória, devendo, nesse prazo, solicitar ao segurado ou ao beneficiário todos os esclarecimentos e documentos complementares que considerar essenciais à instrução do processo de regulação do sinistro.

§ 2º Transcorrido o prazo de que trata o §1º deste artigo sem oposição da seguradora, presumir-se-ão suficientes as informações e os documentos apresentados pelo segurado ou pelo beneficiário, conforme o caso, devendo o pagamento da importância segurada ser efetuado nos dias que restarem até o termo final do prazo previsto no *caput* deste artigo.

§ 3º Havendo oposição ou pedido de complementação de documentos por parte da seguradora, o prazo de que trata o § 2º deste artigo ficará suspenso, voltando a transcorrer

após a entrega da documentação exigida pela seguradora.

§ 4º O descumprimento do disposto neste artigo sujeita a seguradora ao pagamento de atualização monetária, calculada a partir da aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice que o substitua, bem como juros de mora, na base de um por cento ao mês, contados da data do sinistro, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.”

“Art. 108.

.....

§ 1º A penalidade de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo:

I – será devida em valor equivalente ao dobro da indenização devida ao segurado, em caso de descumprimento do disposto no art. 14-A desta Lei; e

II - se aplicada a pessoa natural, implicará a responsabilidade solidária do ressegurador ou da sociedade seguradora ou de capitalização, assegurado o direito de regresso, podendo ser cumulada com as penalidades previstas nos incisos I, II, III ou V do *caput* deste artigo.

.....”

(NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, um dos principais problemas enfrentados pelos contratantes de seguros no Brasil diz respeito à demora no pagamento da indenização securitária. São cada vez mais frequentes as queixas, periodicamente retratadas em matérias publicadas pela imprensa, sobre a infundável espera dos segurados pelo recebimento da indenização prevista no

contrato, mesmo após a entrega da documentação solicitada pelas seguradoras.

O tema é objeto de normatização da Superintendência de Seguros Privados (Susep), com destaque para a Circular nº 256, de 16 de junho de 2004, que “dispõe sobre a estruturação mínima das Condições Contratuais e das Notas Técnicas Atuariais dos Contratos de Seguros de Danos e dá outras providências”. Dentre outros temas, a referida circular trata da chamada “liquidação de sinistros”, e estabelece, em seu art. 33, § 1º, o prazo máximo de trinta dias para o processamento do pedido de indenização formulado pelo segurado, prazo este que deve ser contado a partir da entrega de todos os documentos básicos.

Ocorre, porém, que a mesma circular permite que as seguradoras “no caso de dúvida fundada e justificável”, solicitem “documentação ou informação complementar”, estabelecendo, que, nesses casos, o prazo de trinta dias seja “será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências”.

Infelizmente, o que se tem visto é que esse permissivo regulamentar, que deveria servir a hipóteses excepcionais, tem se tornado um lamentável refúgio para as seguradoras, constituindo uma brecha para o descumprimento do prazo fixado pela própria Susep. Sob a alegação de que precisam de mais documentos, as companhias postergam, várias vezes e por longos períodos, o prazo para pagamento das indenizações devidas aos segurados, causando-lhes diversos transtornos e prejuízos.

É precisamente para a solução deste problema que a presente proposição se destina a contribuir. Em primeiro lugar, buscamos estabelecer um prazo único de trinta dias para a “liquidação do sinistro” e um procedimento uniformizado para seu processamento. A ideia é que a seguradora, logo após o recebimento do aviso de sinistro, analise, em oportunidade única, preliminar e preclusiva, a documentação que lhe foi encaminhada, informando o segurado acerca de eventuais pendências. Queremos, com isso, eliminar as brechas que

hoje permitem a prorrogação infundável do prazo para pagamento das indenizações, com a complacência da Susep.

Não obstante, estamos propondo também que, em caso de descumprimento das regras estabelecidas para esse procedimento, a seguradora esteja sujeita ao pagamento de atualização monetária e de juros de mora, bem como ao pagamento de multa de valor equivalente ao dobro da importância segurada.

Diante de sua relevância, contamos com o apoio nos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado LUIS TIBÉ